

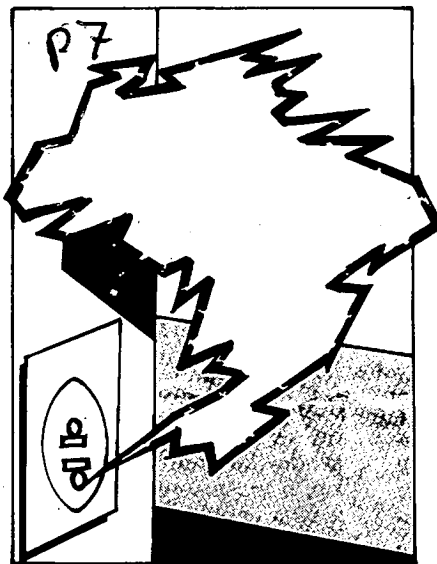
O choque definitivo

Edmundo Klotz

Se a tentativa de um entendimento nacional já legou até agora ao País uma contribuição palpável e inequívoca, esta é a do aquecimento do debate sobre uma alternativa para a crise de modelo com que nos defrontamos nesta fase pós-década perdida. O aprofundamento da análise dos sucessivos planos e choques aplicados nos últimos sete anos à nossa economia — uma lamentável coleção de insucessos que instalou a dúvida e a perplexidade em meio aos agentes econômicos — faz emergir a constatação de que, esgotadas as fórmulas e soluções pretensamente milagrosas, estamos a precisar, sim, de mais um, porém único e derradeiro, choque. De um choque de produção, de oferta, de abertura ampla e efetiva de nossa economia.

Depois do receituário de deixar o bolo crescer para depois dividi-lo, experimentamos, com efeito, praticamente todos os tratamentos ortodoxos e heterodoxos disponíveis, e, mais recentemente, aquele que prescrevia primeiro estabilizar a economia para então retomar o crescimento. E não saímos do lugar, a não ser para recuarmos na produção de alimentos, no desempenho do PIB, nos indicadores sociais, na competitividade industrial — em síntese, em nossos planos de modernidade. Nem assim a inflação deixou de ser uma constante na vida brasileira. Ao contrário, o País acostumou-se a descartar, como trauma de estímulo ao processo inflacionário, o único caminho capaz de efetivamente debelar esse velho mal: a retomada da produção e do desenvolvimento com estabilidade.

A história recente não deixa margem a dúvida: se não retomarmos urgente e resolutamente a produção e o crescimento, além de continuarmos alimentando a inflação, não desobs-



truiremos o caminho para o investimento, não renovaremos nossa infraestrutura, não nos aproximaremos, a médio prazo, do Primeiro Mundo e da modernidade.

É a partir dessa constatação que apreciamos a proposta do Governo Federal de revisão antecipada do texto constitucional, configurada no chamado **Emendão**. Se entende o Governo que a reforma da Constituição é, de fato, o caminho para livrar o País dos entraves que o imobilizam, deveria ele, primeiro, ater-se a propostas pontuais e cirúrgicas, inclusive como forma de viabilizar a sua aprovação com maior presteza pelo Congresso Nacional. Como exemplo de maturidade política, o Governo teria de circunscrever seu raio de interesses a emendas que efetivamente viabilizassem a abertura da economia; que diminuíssem e racionalizassem a carga tributária que intensificassem, a todo custo, as privatizações, condição indispensável para enxugamento do

Estado; que equacionassem os problemas da dívida externa, possibilitando o retorno à nossa vocação agrícola.

Essa volta não deve ser em direção a uma agricultura arcaica, dependente, mas a uma agricultura auto-sustentada, amparada pelo moderno conceito do **agribusiness**, que poderá conquistar mercados externos, depois de suprir o mercado interno.

Seria, ainda, de esperar do Governo, enquanto prosseguem as negociações em torno da revisão da Carta, que retomasse com urgência as propostas fundamentais apresentadas à Nação em seu discurso de posse. Lá estavam, sem dúvida, algumas das intenções mais engenhosas para o combate à inflação, para a inserção do Brasil na modernidade, via reconhecimento da necessidade de canalizar esforços e investimentos maciços, e não apenas estatais, para os setores básicos — educação e saúde, alimentação, transporte e habitação. Sem esse passo, que demanda, por certo, doses generosas de vontade política, não cumprimos nossa vocação de país moderno, socialmente justo e próspero.

O momento pede, sem dúvida, ações rápidas e articuladas com as aspirações da sociedade. Oferece, em contrapartida, bons prenúncios, também, como o configurado na confirmação pelo Banco Central de que atingiremos este ano um volume de captação de dinheiro novo proveniente do exterior inédito desde a década perdida. Se o mercado internacional de dinheiro volta a olhar o Brasil com renovado interesse, é, sem dúvida, hora de aplinar o terreno para toda sorte de investimentos.

■ **Edmundo Klotz** é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA)